

CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA ES CRAVATURA NOS AÇORES: PROJETOS, FONTES E PRIMEIROS RESULTADOS

RUTE DIAS GREGÓRIO*

1. Investigação e dados sobre escravos nos Açores: o ponto de partida

Até há cerca de sete anos atrás, as temáticas da escravatura nos Açores não se haviam constituído como objeto de estudo específico da historiografia insular. Apesar dos trabalhos sobre o povoamento, sobre a constituição das *casas* nobiliárquicas ou sobre o comércio açoriano, amiúde referenciam escravos nas ilhas, estes poucas vezes mereceram mais do que breves e pontuais apontamentos, sempre corroboradores de uma presença humana escravizada muito mal conhecida.

Entre tais estudos, um caso a relevar à partida é o de Maria Olímpia da Rocha Gil. Em 1970, e no seu trabalho sobre atividade portuária e comércio insular¹, registava a irregularidade mas a frequência de transações de escravos nos Açores ao longo do século XVI². Apesar do alvará de 1544 ter renovado a proibição da venda de escravos nas ilhas, confirmando a prática ilegal mas frequente da sua

* Professora auxiliar da Universidade dos Açores, Investigadora do Centro de História de Além-Mar (CHAM - FCSH/NOVA-UAç), diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, rute@uac.pt.

1 Maria Olímpia da Rocha Gil – *O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII: elementos para o estudo do seu movimento*. Do tempo e da História. Nº 3 (1970) 51-144. Disponível em linha: http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/III/4. Acesso: Outubro de 2009.

2 Maria Olímpia da Rocha Gil – *O porto de Ponta Delgada...* ob. cit., p. 75.

aportagem e transação³, documento anterior a 5 de Maio de 1578 ainda salvaguardava os direitos régios sobre entradas e saídas de escravos, em São Miguel e em Santa Maria. Anterior a este, o livro do almoxarife de São Miguel (João Tavares), de 1527, entre várias dívidas à Coroa, arrolava também algumas sobre escravos, especificamente associadas a certa armação arrendada a João Álvares do Sal⁴.

Não obstante, como posteriormente a M^a. Olímpia da Rocha Gil ainda insistiria Artur Teodoro de Matos, estes exemplos ilustrativos da tal “frequência irregular” das transações não nos permitem vislumbrar as ilhas açorianas, de modo algum, como um entreposto ou um centro redistribuidor de escravos⁵.

De qualquer modo, elas foram ponto de chegada e enraizamento de um número apreciável de homens e mulheres com tal estatuto jurídico, desde épocas recuadas.

Gaspar Frutuoso (n1522 - m1591.08.24⁶), na sua crónica de finais de quinhentos⁷, refere-os em múltiplas passagens dos livros IV e V das *Saudades da Terra*, ora para reforçar a riqueza e o prestígio de quem os possui⁸, ora para destacar a sobrevivência de dois à subversão de Vila Franca em 1521⁹, ora para atestar o perfil virtuoso da vida de um outro (de nome João Delgado)¹⁰, ora para relatar os motins dos *mouros* no mesmo ano de 1521¹¹ e a história do malogrado Badaíl, líder do levantamento que terminou decapitado¹², ora para registar o notável grupo de famílias de pastores e tecelões moradores na ilha do Corvo¹³.

Na senda do primeiro cronista das ilhas, Frei Diogo das Chagas (c. 1584-c.1661) também regista a comunidade de escravos que vivia no Corvo¹⁴ e o Padre Cordeiro

3 Maria Olímpia da Rocha Gil – *O porto de Ponta Delgada...* ob. cit., p. 74.

4 Artur Teodoro de Matos – *Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais*. In Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite (dir. científica) – *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, vol. I., p. 216; ARQUIVO DOS AÇORES. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1981. Vol. IV: 98 e ss.

5 Artur Teodoro de Matos – *Escala atlântica de referência...* ob. cit., p. 217.

6 Rodrigo Rodrigues – *Notícia do Dr. Gaspar Frutuoso*. In *Livro Primeiro das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1984, XXIII e XLIV. Reedição de texto de 1923.

7 A década de 80 do século XVI constituir-se-ia como a do aperfeiçoamento e redação da obra. Cf. Rodrigo Rodrigues – *Notícia...*, XXXIX-XLI.

8 Gaspar Frutuoso, *Livro quarto...*, vol. II, p. 86, 271; vol. III, p. 117.

9 Gaspar Frutuoso, *Livro quarto...*, vol. II, p. 293, 299, 309.

10 Gaspar Frutuoso, *Livro quarto...*, vol. II, p. 309-310.

11 Gaspar Frutuoso, *Livro quarto...*, vol. II, p. 337-339.

12 Gaspar Frutuoso, *Livro quarto...*, vol. II, p. 338-339.

13 Pertencentes ao senhor do grupo Ocidental Insular. *Livro sexto...*, p. 350-351. Na década de 80 do século XVI era senhor e comendador, das Flores e do Corvo, Gonçalo de Sousa. Cf. Artur Teodoro de Matos e outros (dir. científica) – *História dos Açores...* ob. cit. Vol. II, p. 650.

14 Frei Diogo das Chagas – *Espelho cristalino em jardim de várias flores*. Dir. e pref. de

destaca a posição de Angra como cais de desembarque, entre os muitos mais produtos de além-mar, de escravos de Angola e de Cabo Verde¹⁵. Ambos, contudo, silenciam este grupo humano das ilhas muito mais do que os cronistas de quinhentos.

Não obstante, fontes coevas do século XVI, como testamentos, inventários, alvarás e cartas, tornam-nos bem presentes. Para os séculos XVII e XVIII, por via do carácter incompleto dos relativos ao século XVI, os livros dos sacramentos e os notariais trazem-nos informes significativos, o que alguns já tinham observado para os Açores. Acrescem os fortes vestígios desta realidade nas primeiras 3 décadas do século XIX, pautados em documentação vária.

Em 1886 Ernesto Rebelo, no *Arquivo dos Açores* e no que designa por *Notas açorianas*, dá conta da existência (*em todo o seu vigor*, como diz¹⁶) de escravos no Faial cerca de 1826, particularmente na freguesia do Faial e de Castelo Branco¹⁷. Para além disso, e entre outros considerandos, o autor apresenta um levantamento dos escravos nos livros paroquiais da Matriz do Santíssimo Salvador (Horta), onde, em 1832, arrola 45, essencialmente do sexo feminino e com idades compreendidas entre os 4 e os 72 anos¹⁸.

Saltando o trabalho de Maria Olímpia Rocha Gil, de 1970, quase um século depois do levantamento atrás citado e em 1981, o Padre Manuel Azevedo e Cunha volta a prestar atenção a estes grupos humanos, tomando sobre eles algumas breves notas. Partindo de testamentos e registos paroquiais, contabilizava 84 escravos na jurisdição da Calheta de São Jorge, entre os anos de 1567 e 1814, num levantamento não serial e com consideráveis lacunas ao nível das fontes, como o mesmo salientava¹⁹.

Artur Teodoro de Matos. S.I.: Secretaria Regional da Educação e Cultura: Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Universidade dos Açores: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989, p. 562.

15 Padre António Cordeiro – *História insulana...* S.I.: Região Autónoma dos Açores: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 307.

16 Registe-se que a escravatura foi abolida na Índia e na metrópole pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José, em 12 de Fevereiro de 1761. Em 1836 o tráfico de escravos é abolido em todo o Império. Pelo Decreto de 1854 foram libertados os escravos do Estado e, pelo Decreto de 1856, os da Igreja. É com a Lei de 25 de Fevereiro de 1869 que se proclama a abolição da escravatura em todo o Império Português, com termo definitivo, em 1878, *Fica abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa, desde o dia da publicação do presente decreto. Todos os indivíduos dos dois sexos, sem excepção alguma, que no mencionado dia se acharem na condição de escravos, passarão à de libertos e gozarão de todos os direitos e ficarão sujeitos a todos o deveres concedidos e impostos aos libertos pelo decreto de 19 de Dezembro de 1854.*” (D. Luís, Diário do Governo, 27 de Fevereiro de 1869).

17 ARQUIVO DOS AÇORES. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1982. Vol. VIII, p. 283

18 ARQUIVO DOS AÇORES..., vol. VIII, p. 292-294.

19 Manuel de Azevedo da Cunha (Padre) – *Notas históricas. I: Estudo sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*. Recolha, introd. e notas de Artur Teodoro de Matos. Ponta Delgada: Universi-

O estudo preliminar (ou o mote) à arquitetura do projeto “Escravos e libertos dos Açores, séculos XV-XIX”, que em 2006 a autora deste texto com Margarida Vaz do Rego Machado e Susana Serpa Silva iniciaram, constituiu-se na comunicação por mim apresentada ao Colóquio “Construção e Dinâmica das Sociedades Atlânticas”, *Escravos e libertos da ilha Terceira na primeira metade do século XVI*, em Novembro de 2004, Praia da Vitória, trabalho apenas editado em 2007²⁰.

Inquirindo os testamentos terceirenses de 1500 a 1559, no total de 212 compulsados, constatou-se então que 26% dos testadores terceirenses registavam a posse de escravos, pese embora saibamos que a informação da posse possa ter ficado omissa em muitos destas cédulas (não se constituem exatamente como inventários de bens).

Por outro lado, os apenas 23 inventários de património compulsados para o período que decorre entre 1500 e 1558, se por um lado nos davam uma ideia do número de peças por cada proprietário, por outro diziam-nos que 50% dos inventariantes possuíam escravos.

Mas a análise destas fontes e dados apresentavam e apresentam muitos problemas:

1. Os testamentos não nos oferecem o número real dos efetivos e nem sempre, sequer, têm objetivamente de referenciar qualquer elemento de posse de escravos. Ou seja, a partir deles, alguns proprietários podem ter passado despercebidos e os cálculos gerais obtidos ao nível dos escravos não se podem ter, sequer, por aproximativos.
2. Por outro lado, apesar de detetado um vasto leque social de testadores – desde uma antiga escrava alforriada, Branca Gonçalves, ao capitão de Angra, Vasco Anes Corte Real –, a verdade é que os testamentos de figuras proeminentes têm mais possibilidades de sobreviver. Por isso, não fica garantida qualquer proporcionalidade socioeconómica entre o real societal e a amostra dos testadores, para podermos considerar os 26% como aplicáveis ao cálculo geral da sociedade.
3. Por fim, das mesmas reservas enfermam os dados obtidos a partir de um número tão escasso de inventários, tendo também como certo que apenas inventariava seus bens aquele que os detinha em nível apreciá-

-dade dos Açores, 1981, p. 119

20 Rute Dias Gregório – *Escravos e libertos da ilha Terceira na primeira metade do século XVII*. In Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa (coordenação) – *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa / Ponta Delgada: Universidade dos Açores / Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007. Vol. 2, p. 443-459.

vel ou, então, deixava órfãos protegidos pela vigilância dos respetivos julgados quinhentistas. Aliás, a própria percentagem de 50% dos inventariantes terem escravos é sinal do quanto este dificilmente seria um valor aplicável ao geral da sociedade terceirense de então.

Mas apesar das condicionantes das fontes, continuámos a tratar os informes de modo a obter, pelo menos, dados aproximativos sobre esta presença humana. Claro que a natureza dos documentos tornavam objeto de estudo mais o proprietário do que o escravo. Não obstante, tentar focar a nossa atenção neste objeto de estudo específico era possível, mesmo que de forma indireta.

Assim, apresentem-se *grosso modo* os registos e as conclusões obtidos nesse estudo.

Em relação ao número de escravos por proprietário (Tabela I), 64% contabilizava até 3 efetivos e apenas uma pequena parte, 8%, apresenta 10 ou mais escravos. No topo dos detentores identificámos Lucas de Cacena com 12 escravos identificados em 1538 e Pero Anes do Canto com cerca de 20 unidades entre 1555 e 1556²¹.

Tabela I
Número de escravos por proprietário
Terceira 1500-1559

Nº de escravos	Nº de proprietários	% (arredondada)
1	19	29%
2 a 3	23	35%
4 a 5	11	17%
6 a 7	4	6%
8 a 9	3	5%
10 e mais	5	8%
Total	65	100%

Quanto à origem destes homens e mulheres (Tabela II), torna-se importante registar e analisar atentamente as referências toponímicas e étnicas. Os escravos, então, distribuem-se por classificações como *pretos*, *negros*, *brancos* e *mulatos*.

21 Rute Dias Gregório – *Escravos e libertos na Terceira...* ob. cit., p. 446-447 (Quadro I).

Também se podem dizer *da Guiné* e *mouriscos* no que toca à proveniência e à etnia. Expressões menos vulgares, algumas compostas, como *mulato preto*, *negro fulo*, *negro preto*, *mourisca índia* e *negrita*, sugerem terminologia específica de carácter étnico e geográfico, que a falta de mais dados ainda não permite conclusões definitivas.

Tabela II
Etnia e proveniência dos escravos
 Terceira 1500-1559

Designações dos documentos	Frequências	Total	% (arredondada)
Pretos e/ou negros:			
. negros	14	50	51,55%
. pretos	24		
. pretos da Guiné	12		
Mouriscos:			
. brancos mouriscos	1	11	11,34%
. brancos	3		
. mouros	2		
. mouriscos	5		
Índios orientais:			
. Mourisca India	1	2	2,06%
. Negrita	1		
Mulatos	—	34	35,05%
Total	97	97	100%

Perante os dados apurados, torna-se também evidente a maior representação da origem subsaariana dos escravos, com 51,55%, e no período quinhentista ainda existir alguma margem para a origem norte-africana, num valor de 11,34%.

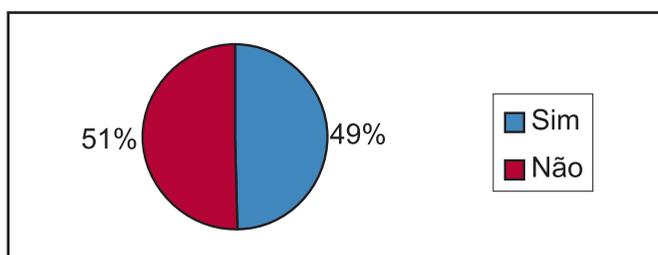
Os primeiros eram naturalmente originários da Costa e do Golfo da Guiné, e provavelmente da demais costa africana, através dos centros abastecedores da época.

Os segundos estão associados às presas de guerra proporcionadas pela conquista e defesa das praças africanas e nas quais participaram moradores das várias ilhas. Neste conspecto, é o próprio Gaspar Frutuoso a registar que o capitão Rui

Gonçalves da Câmara e vários cavaleiros de São Miguel tinham trazido muitos *mouros* de África, o que passava a explicar: *valiam [os mouros] tão baratos por causa da fome que houve em África na era de 1521 anos [...] e não havia homem desta ilha que, indo lá, não comprasse um, dois, três, quatro, segundo a posse e fazenda que cada um para granjear e beneficiar tinha, por onde vieram a ser tantos nesta terra*²².

Relativamente aos designados por *mulatos*, estes são fruto de processos de miscigenação, tanto da que acontece entre europeus e escravas africanas, como entre escravos norte-africanos e subsaarianos. Encontrámos, para a época e geografia em causa, muitos exemplos dos primeiros que, aliás, alguns deles, acabam por ser determinantes para os próprios processos de alforria.

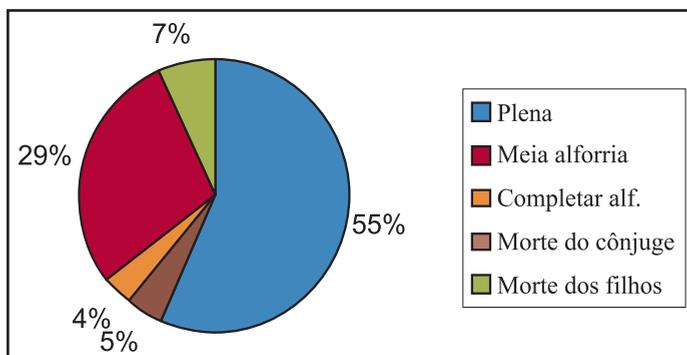
GRÁFICO I
Escravos indicados para alforria nos testamentos
Terceira (1500-1559)



No que toca à alforria em particular (Figura I), quase metade (49%) dos referenciados em testamento são-no com tal intuito. No entanto, esta libertação pode estar associada a várias contingências (Figura II). A condição de forro pode depender da morte do cônjuge e/ou dos filhos do proprietário, mas, também é possível acontecer uma situação de semi-alforria: entre o casal proprietário, apenas um dos cônjuges determina a liberdade. Neste caso, qual seria realmente a situação jurídica deste homem ou mulher?

22 Gaspar Frutuoso – *Livro quarto...* ob. cit., vol. II, p. 337.

GRÁFICO II
Condições de alforria
 Terceira (1500-1559)



Acresce que alforria nem sempre preconizava uma integração social bem-sucedida, nem um futuro promissor. Apesar de registados casos indiciadores de sucesso, os riscos desta libertação estão bem presentes em posições expressas pelos senhores nos seus testamentos. Essas posições variavam entre a de Joana Corte Real que não os libertava (e nas sua próprias palavras) *porque uem a ser ladrões e ter outros uícios com que os emforquem* e a de João Pires convicto de que *eles farão como eu espero que farão bem*²³.

Pela mesma altura em que apresentei o trabalho de que fiz esta breve sùmula, em 2005 Maria Hermínia Mesquita publicava os resultados da sua inquirição aos paroquiais seiscentistas da cidade de Angra (em 5 paróquias). O seu trabalho constituía-se no esforço mais sério e fundamentado, até então, de avaliação do peso deste grupo populacional no cômputo dos habitantes dos Açores do século XVII.

Os resultados obtidos pela autora (Tabela III), com base numa documentação apesar de tudo mais serial (os registos paroquiais) do que aquela que temos vindo a falar, dizem-nos que entre 1583 a 1699 existiram em Angra 1258 crianças filhas de escravas solteiras, 107 crianças nascidas de casais de escravos legalmente constituídos e ainda que foram batizados 163 adultos²⁴.

23 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Monásticos: São Francisco de Angra, *Livro do Tombo*, fl 4; Confrarias, Irmandades e Misericórdias: Misericórdia da Praia, *Livro do Tombo*, fl. 34.

24 Maria Hermínia Mesquita – *Escravos em Angra no século XVII: uma abordagem a partir dos registos paroquiais*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2005-2006, p. 211-213. Sep. de *Arquipélago – História*. 2ª Série, vols. IX-X.

Tabela III
Batismos em Angra (5 paróquias), 1583-1699
 segundo Maria Hermínia Morais Mesquita²⁵

Crianças nascidas de escravas solteiras	Crianças nascidas no seio de casais de escravos	Adultos
1258	107	163

Fig. 3. Ficha de recolha dos registos de óbito.

Apesar das lacunas das fontes e da irregularidade dos registos, também constatados, a autora apresenta aproximações ao cálculo do peso das crianças escravas batizadas no conjunto da população nascida nesta cidade, tendo chegado a valores percentuais que variam entre 2.8% para 1660-1669 e 6.2% para 1620-1629. Num período de mais de cem anos, por cada mil crianças nascidas em Angra, 42 eram escravas²⁶. Trata-se, sem dúvida, de um grupo minoritário, mas se cruzarmos com outros dados fornecidos pela autora, pelos quais 70,6% dos escravos adultos batizados e 70,5% das mães escravas registam-se nos assentos de uma das 5 freguesias, a da Sé²⁷, podemos também antecipar uma presença mais concentrada na área central da cidade, onde os grupos predominantes assentavam as suas casas e o seu património urbano.

2. A arquitetura do projeto “Escravos e libertos nos Açores, séculos XV-XIX”, 2006-2009

É pois no quadro desta, apesar de tudo, potencialidade das fontes, a par da noção de por demasiado tempo se ter dado um certo *apagamento histórico* deste grupo humano e social, minoritário dos Açores, e o constatarmos a necessidade de se desenvolver o estudo da presença de escravos nos Açores para que o tecido societário açoriano original passe a estar representado nas suas múltiplas formas e níveis, que entendemos por bem estruturar e apresentar este projeto à então Direção Regional de Ciência e Tecnologia (DRCT) em 2006.

A equipa foi então composta por mim, por Margarida Vaz do Rego, por Susana Serpa Silva, a que se associou numa primeira fase, por via dos recursos financeiros disponibilizados, Carla Patrícia Rego e Graça Delfim, com consecução e continuidade posterior apenas da última.

25 Maria Hermínia Morais Mesquita – *Escravos em Angra ...*, ob. cit.

26 Maria Hermínia Mesquita – *Escravos em Angra...* ob. cit, p. 214-215.

27 Maria Hermínia Mesquita – *Escravos em Angra...* ob. cit, p. 220.

Intentava-se com o projeto uma primeira caracterização da escravatura nas ilhas dos Açores, identificando-se a proveniência destes grupos humanos, relacionando-se os escravos dos Açores com as rotas do tráfico, analisando o papel destes escravos na sociedade açoriana, perspetivando a importância desta mão-de-obra para a economia, compreendendo a importância *patrimonial* dos escravos, conhecendo os mecanismos da emancipação, determinando os índices de integração social dos libertos, explicando o impacto do pensamento e da legislação abolicionista nas ilhas, contextualizando o fim das práticas esclavagistas no arquipélago açoriano, etc.

3. Trabalhos realizados e primeiros informes

O projeto era ambicioso, e continua a sê-lo, mas considerava-se então por demais importante o levantamento e estudo mais sistemático das escassas e dispersas fontes de informação, para se apreender e situar este grupo humano nas suas diferentes esferas.

Para atingirmos tais objetivos iniciámos, em 2007, o tratamento do Fundo dos Resíduos e Capelas de Ponta Delgada e o grupo de fundos dos Paroquiais.

Após 6 meses de porfiado esforço no primeiro fundo, os resultados afiguravam-se escassos. Levantadas 14 pastas de processos, apenas 22 testamentos, entre 1531 e 1744 traziam alguns informes. Apesar da potencialidade que se continuam a antever nas muito mais pastas de documentação que falta analisar, a dificuldade e o tempo necessário à leitura e tratamento dos testamentos não estavam a permitir os levantamentos céleres e objetivos pretendidos. Por isso, todos os esforços incidiram então no levantamento dos paroquiais, de modo a concluir o maior número de paróquias, pelo menos da ilha de S. Miguel.

Para a recolha de dados utilizámos 3 tipos de fichas muito simples, que posteriormente se tornaram de difícil reelaboração por virtude de alguma incompatibilidade (pelos menos em certas funcionalidades) entre a versão do *software* e o sistema operativo então mais comum nas máquinas de trabalho disponíveis.

RUTE GREGÓRIO - DRCT00281 M2.1.2//014/2006 - Escravos e Libertos/DHFCs

FONTE
BPARPDL. PAROQUIAIS: FREGUESIA DE S. JOSÉ DE PONTA DELGADA, LIVRO 9 DOS BAPTISMOS, FL. 11 V. S/ASSENTO, S. JOSÉ PDL 1726-1731

TIPO E FREGUESIA
Assento de Baptizados, S. José, PDL

NOME e OUTROS DADOS PESSOAIS
Josefa, etiope adulta, de 13 anos, escrava de Tomé Botelho

LOCAL DE NASCIMENTO
Oriunda de Aladã Povoação da Costa da Mina

DATA DE NASCIMENTO
[Empty]

DATA DE BAPTISMO
1726/03/25

PADRINHOS
[Empty]

TESTEMUNHAS
Os Reverendos António Coelho e Matias Cabral

OBSERVAÇÕES
1) Procedeu-se "à instrução necessária nos Artigos da fee e doutrina christaa";
2) Foi bapizada pela 1ª vez pelo Reverendo Luis, Vigário da igreja;
3) Foi baptizada em casa de Tomé Botelho "por estar em perigo de morte" e os óleos foram aplicados na Igreja Paroquial de S.José em 1727/02/05:

Fig. 1. Ficha de recolha dos registos de batismo.

As fichas para os batismos permitiram, entre outros, o registo do nome, de dados pessoais, do local e data de nascimento, da data de batismo, da filiação, dos padrinhos, testemunhas e ainda se apresentava um campo de observações.

RUTE GREGÓRIO - DRCT00281 M2.1.2//014/2006 - Escravos e Libertos/DHFCs

FONTE
BPARPDL. PAROQUIAIS: FREGUESIA DE S. JOSÉ DE PONTA DELGADA, LIVRO 5 DOS CASAMENTOS, FL. 16V.-, ASSENTO.1764-1788

TIPO E FREGUESIA
Assento de Casamentos, S. José, PDL

DATA E LOCAL
1766/01/23, Igreja Paroquial de S.José

NOIVO
Duarte do Rego, Preto ferro.

NASCIMENTO NOIVO
Natural da Freguesia dos Mártires da Corte, da

NOIVA
Maria de Jesus

NASCIMENTO NOIVA
Natural da freguesia de S. José, moradora em S.José

FILIAÇÃO NOIVO
[Empty]

FILIAÇÃO NOIVA
Filha de Manuel de Sousa e de Ana de Viveiros

PADRINHOS
[Empty]

TESTEMUNHAS
O Reverendo Padre António de Sousa Benevides e o Padre José de Sousa, clérigo diácono: e mais pessoas.

OBSERVAÇÕES
1) Termo lavrado e assinado pelo cura Manuel de Sousa da Silveira.

Fig. 2. Ficha de recolha dos registos de casamento.

A ficha de recolha de dados relativos ao casamento permitia o registo nome dos cônjuges, dados de nascimento, filiação, padrinhos e testemunhas, no essencial.

Fig. 3. Ficha de recolha dos registos de óbito.

Por fim, a ficha de registos de óbito anotava a data, o nome e outros dados pessoais do falecido, o estado civil, laços familiares e outros informes.

A partir destas fichas foram concretizados os levantamentos e obtidos alguns números, pelo que em termos muito globais pôde-se enunciar quantitativamente esta presença humana nos registos. Não obstante, cremos que a análise por décadas ou meios séculos, já parcialmente concretizada no estudo de Margarida Vaz do Rego Machado²⁸, poderá trazer ainda mais *nuanças* aos resultados, confirmando uma maior presença destes grupos humanos nos séculos XVI e XVII.

TABELA IV
ESCRAVOS NOS REGISTOS PAROQUIAIS DO
CONCELHO DE PONTA DELGADA²⁹
 Informes globais, de 1570 a 1819

FREGUESIAS	SACRAMENTOS	DATA	ASSENTOS DE ESCRAVOS	TOTAL DOS ASSENTOS	% ASSENTOS DE ESCRAVOS
São José	Batismos	1607-1782	280	16050	1,74
	Casamentos	1630-1788	17	3076	0,55
	Óbitos	1641-1863	88	9095	0,97

28 Publicado neste mesmo conjunto de estudos, às p. 81-95.

29 O levantamento da paróquia de São Sebastião ficou aqui omissso, dado que foi aprofundado no trabalho citado na nota 28, de Margarida Vaz do Rego Machado.

São Pedro	Batismos	1570-1815	119	c. 12421	0,95
	Casamentos	1617-1801	13	2298	0,57
	Óbitos	1618-1815	60	c. 4354	1,38
São Roque	Batismos	1556-1714	45	4483	1,00
	Casamentos	1622-1797	4	1989	0,20
	Óbitos	1600-1814	31	----	Em curso
Candelária	Batismos	1665-1807	11	2744	0,40
Capelas	Batismos	1592-1818	38	5993	0,63
Ginetes	Batismos	1588-1819	43	7431	0,57

Para o concelho de Ponta Delgada ficaram concluídos os levantamentos das freguesias de São José, São Pedro, São Sebastião e São Roque. As freguesias de Candelária, Capelas e Ginetes apenas estão concluídas ao nível dos batismos.

Grosso modo, os limites cronológicos desta análise foram de 1570 a 1819³⁰, registando-se lacunas por interrupções ou inexistência de livros, a par de alguns não estarem à consulta por virtude do mau estado de conservação.

Aqui destacam-se, entre 1607 e 1782, nos batismos de São José, a percentagem de 1,74 para os registos de escravos batizados, os valores de 1,38% nos óbitos de São Pedro entre 1618 e 1815 e 1% de registos de batismos em São Roque, entre 1556 e 1714.

TABELA V
PAROQUIAIS DO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE³¹
(cálculos globais provisórios)

FREGUESIAS	SACRAMENTOS	DATA	ASSENTOS DE ESCRAVOS	TOTAL DOS ASSENTOS	% ASSENTOS DE ESCRAVOS
Ribeira Seca	Batismos	1577-1755	110	7148	1,54
	Casamentos	1735-1822	4	----	Em curso
	Óbitos	1581-1823	48	5091	0,94
Conceição	Batismos	1669-1782	-----	-----	Em curso
Rabo de Peixe	Batismos	1577-1792	123	12786	0,96
	Casamentos	1623- ----	-----	-----	Em curso
	Óbitos	1570- ----	-----	-----	Em curso

Para o concelho da Ribeira Grande foram apenas levantados os registos paroquiais da Matriz, sobre os quais se debruçou a minha colega Maria Margarida Vaz do Rego Machado, os da freguesia de Ribeira Seca e os batismos de Rabo

30 Apesar de terem sido vistos livros com datas posteriores, sem qualquer registo de frequências.

31 Omitem-se aqui os dados globais da paróquia de Nossa Senhora da Estrela, objeto de estudo de Margarida Vaz do Rego Machado, publicado às p. 81-95.

de Peixe. Os batismos da Conceição e os casamentos e óbitos de Rabo de Peixe ainda estão a ser lançados nas bases de dados. Creio que aqui importa relevar o valor de 1,54% para os batismos de escravos na Ribeira Seca.

Quanto ao concelho de Vila Franca do Campo, apenas estão lançados os informes relativos aos livros de batismo, entre 1598 e 1814, apresentando-se uma percentagem de 1,14% relativa ao peso dos registos relativos a escravos.

TABELA VI
PAROQUIAIS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DO CAMPO
(cálculos globais provisórios)

FREGUESIAS	SACRAMENTOS	DATA	ASSENTOS DE ESCRAVOS	TOTAL DOS ASSENTOS	% ASSENTOS DE ESCRAVOS
São Miguel Arcanjo	Batismos	1598-1814	162	14165	1,14

4. O presente e futuro do projeto

O projeto iniciado em 2006 entrou já numa 2ª fase, em que se pretende tratar à exaustão os dados até agora recolhidos, cruzá-los com novos informes a obter noutras tipologias de fontes, alargar e potencializar diferentes abordagens, bem como integrar novos colaboradores.

Este prolongamento não constitui uma surpresa, se atentarmos aos ambiciosos objetivos apresentados na candidatura de 2006. Tínhamos presente, logo à partida, que este não era um trabalho para ficar circunscrito a um período de 3 anos e que seria para continuar, com mais presenças, contributos, se assim se entendesse.

Aliás, nos últimos anos temos continuado a produzir trabalhos apresentados em eventos científicos, entre os quais se destacam, em 2011 a mesa-redonda internacional “Os escravos na cidade: do Mediterrâneo ao império português, séculos XIV-XVIII” e, em 2013, o congresso internacional “Senhores e escravos nas sociedades ibero-atlânticas”. Estes trabalhos, uns publicados³² e outros em vias

32 Rute Dias Gregório – “Africanos nos Açores: informes de uma presença quinhentista”. In José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues (ed.) – *Representações de África e dos Africanos na história e na cultura, séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, 2011, p. 33-46.

de publicação³³, vão-se consolidando e têm suscitado bastante interesse por parte de investigadores dedicados a tais matérias.

Com a possibilidade de concretizarmos este projeto, e no quadro do único concurso regional (Açores) aberto para projetos das Ciências Humanas e Sociais, conseguimos já marcar a presença dos Açores em areópagos nacionais e até internacionais. Não obstante, o projeto ainda não está numa fase de conclusão, nem tão-pouco de síntese final. Há que continuar o difícil trabalho de análise de fontes e recolha de dados, para se poder avançar para projetos mais ambiciosos, mais abrangentes em termos espaço-temporais e, se possível, interdisciplinares. De facto, continuamos a considerar importante tornar o tema da escravatura nos Açores um tema mais conhecido, dando voz aos *silêncios* da história.

33 Margarida Vaz do Rego Machado e Susana Serpa Silva – “Nuances da escravatura nos Açores, séculos XVII a XIX”, in Mesa-redonda internacional “Os escravos na cidade: do Mediterrâneo ao império português, séculos XIV-XVIII = Les esclaves dans la ville: de la Méditerranée à l’empire portugais, XIVe-XVIIIe siècle”, Lisboa, Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques (Casa de Velázquez, Madrid), EURESCL (7^o PCRD, Sciences socio-économiques et humaines), coord. de Fabienne Guillén e Rute Dias Gregório, 15 e 16 de dezembro de 2011; Margarida Vaz do Rego Machado e Rute Dias Gregório – “Alguns aspetos das relações entre senhores e escravos nos Açores da época moderna”, in Congresso Internacional “Senhores e escravos nas sociedades ibero-atlânticas, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de História da Cultura, 9 e 13 de abril de 2013; Margarida Vaz do Rego Machado e Rute Gregório, “A escravatura doméstica nos Açores na época moderna”, in colóquio “Aquém e Além de São Jorge: memória e visão”, Centro de História de Além-Mar e Santa Casa da Misericórdia das Velas (S. Jorge), 4 e 5 de julho de 2013.